

N. F. Nº - 099883.0670/18-0
NOTIFICADO - JBS S/A
NOTIFICANTE - DARIO PIRES DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 01.02.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0005-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TOTAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Cobrança da antecipação tributária total de produto derivado do abate de gado bovino. Notificado obteve concessão de liminar em Mandado de Segurança para o Estado se abster da cobrança do ICMS da antecipação na aplicação do Convênio ICMS nº 89/2005 nas suas operações interestaduais, permitindo que o Notificado utilize o crédito de 12% do ICMS destacado na NF-e. A escolha da via judicial pelo sujeito passivo implica renúncia à discussão da lide na esfera administrativa, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário, devendo o PAF ser remetido a PGE/PROFIS, para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis, conforme art. 126 do COTEB. Instância única. Notificação Fiscal Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 06/12/2018, em que é exigido o ICMS no valor de R\$8.820,34, e multa de 60% no valor de R\$ 5.292,20 perfazendo um total de R\$ 14.112,54, pela falta de recolhimento da antecipação total do ICMS, em aquisição interestadual de produtos resultantes do abate de gado bovino, procedentes do Estado do Pará e destinado à contribuinte baiano sem regime especial.

Infração 01 – 54.05.10 Falta de recolhimento do ICMS ref. à antecipação tributária total, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte não inscrito, inapto ou que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “a” e “d” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Dec. 13.780/12, c/c § 3º e inciso I do § 4º do art. 8º § 6º do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Tipificação da Multa: Alínea “d”, inciso II do art. 42 da Lei 7.014/96

O Notificado ingressa através de advogados, com defesa e anexos fls. 11 a 73, onde diz que está apresentando justificção em face da Notificação Fiscal nº 0998830670/18-0 com fundamento no art. 53 do Decreto 7.629/1999 – RPAF.

Em linhas gerais, entendeu a d. Fiscalização que a Impugnante recolheu o ICMS Antecipação a menor, sob o argumento de que as operações em tela deveriam ser tributadas pelo Estado do Pará sob a alíquota de 7% em razão do Convênio ICMS nº 89/2005, motivo pela qual glosou o crédito destacado na Nota Fiscal a maior, pela alíquota de 12%, e calculou o MVA da Antecipação do ICMS com o percentual de 41,77%.

Contudo, como será demonstrado, a Acusação Fiscal é insubsistente e deverá ser cancelada, pois: (i) é nula a Notificação Fiscal por estar fundamentada em dispositivos genéricos e abstratos, sem

qualquer relação com o caso concreto, cerceando o direito da defesa.(ii) além disso, a Notificação Fiscal também é nula em razão da incompetência das d. Autoridades Fiscais do Estado da Bahia de exigirem de Contribuinte localizado em outro Ente federado que se submeta a sua legislação; (iii) no mérito, a Notificação Fiscal é insubsistente, pois o Estado do Pará não internalizou o Convênio ICMS nº 89/2005 em sua legislação; (iv) Ainda que superada tal questão, o Sistema Constitucional tributário não admite a sistemática do ICMS Antecipado e (v) inaplicável a penalidade de multa, pois a Impugnante não deixou de recolher o ICMS Antecipado devido na operação.

Observa-se do Auto de Infração em referência que a d. Fiscalização capitulou a suposta infração de forma genérica e inexata, gerando insegurança na determinação específica da infração, sem a correta e detalhada capitulação da infração não há como defender-se, como contraditar o que não conhece, implicando em vício insanável, pois a garantia à ampla defesa é de índole constitucional e o citado art. 5º, LV, diz que o processo administrativo deve também assegurar a defesa ampla, desta forma, o Auto de Infração deve ser considerado nulo, com fundamento no art.18, inciso II e IV, a, e art.39,V, ambos do Decreto nº 7.629/1999.

DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL – Cumpre observar que o débito exigido na presente autuação encontra-se com a exigibilidade suspensa por força de decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0554833-63.2018.8.05.0001, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

Sem prejuízo do reconhecimento da ilegitimidade da Notificada para responder pelo presente crédito tributário, imperioso esclarecer que na referida ação foi deferida a tutela antecipada para suspender a exigibilidade do tributo decorrente da aplicação do Convênio ICMS nº 89/2005, assim uma vez que a decisão supracitada se encontra em plena vigência, de rigor a suspensão do presente processo administrativo até que seja proferida decisão definitiva, conforme o art. 117, § 2º do Decreto nº 7.629/99.

Quanto ao suposto mérito da autuação, não merece melhor sorte o raciocínio fazendário, no sentido que a Impugnante “usou de 12% quando deveria utilizar de 7% em razão do Convênio ICMS nº 89/2005”, pois o Estado do Pará não internalizou tais normas em sua legislação.

A Impugnante adquiriu produtos resultantes do abate de gado bovino no Estado do Pará que foram tributados em 12% e de acordo o que estabelece no art. 12-A da Lei Estadual nº 7.014/96, para o cálculo do ICMS Antecipação, deve-se aplicar a alíquota interna do produto, deduzindo o valor do imposto já cobrado na origem, o que foi realizado no mesmo dia da emissão do DANFE pela Impugnante.

Para calcular o valor devido do ICMS da antecipação foi utilizado a MVA de 34,15% vigente no período da operação comercial, para a alíquota de 12%, no entanto a d. Autoridade Fiscal autuante afirmou que a Impugnante somente poderia se creditar do percentual de 7%, e não dos 12% conforme destacado na Nota Fiscal, por suposto descumprimento do que preceitua o Convênio ICMS nº 89/2005, desta forma ao utilizar a alíquota de 7% a d. Autoridade Fiscal também considerou a MVA de 41,77%.

Essa diferença de entendimento sobre o ICMS Antecipação entre a Impugnante e d. Autoridade Fiscal gerou um saldo de R\$ 8.820,34 que está sendo exigido através do Auto de Infração, ora impugnado que está completamente equivocado, pois o Estado do Pará optou em não internalizar o Convênio ICMS nº 89/2005, sendo, portanto, inaplicáveis suas disposições a contribuintes localizados em tal Estado.

Justamente por esse motivo, é que no Documento Fiscal que acompanhou as mercadorias houve o destaque de 12%, nesse sentido o entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, é de que os Convênios CONFAZ possuem natureza autorizativa e dependem do quanto previsto na legislação interna estadual, portanto não poderia o Estabelecimento remetente localizado no Estado do

Pará e nem o Impugnante desobedecer a legislação interna paraense, desta forma é correta a utilização da alíquota interestadual de 12% e, por conseguinte, também o recolhimento do ICMS Antecipação através da aplicação da MVA de 34,15%.

Ainda que superadas as questões acima, informa que o Auto de infração é nulo de pleno direito em razão da inconstitucionalidade e ilegalidade do ICMS Antecipado previsto na legislação baiana, e que o ICMS Antecipação é a diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual, devida no momento em que as mercadorias são recebidas no Estado da Bahia, ocorre que o diferencial de alíquota é cabível somente nas operações cujos destinatários seja consumidores finais, conforme o art.155, II, § 2º, VII da Constituição Federal, que não se aplica a Autuada visto que não é destinatário final das mercadorias, pois haverá saída futura de tais mercadorias.

Conforme amplamente mencionado, os débitos exigidos nesta Notificação Fiscal, encontra-se com a exigibilidade suspensa conforme processo em trâmite na 3ª Vara da Fazenda da Comarca de Salvador e, assim, a autuação só pode ter sido lavrada para prevenir os efeitos da decadência, ocorre que nos termos do art.173 do CTN, é ilegal a aplicação de multa de ofício, não podendo ser exigida da Notificada qualquer penalidade pecuniária.

Ante tudo exposto, a Impugnante requer que: (i) Seja declarada a Nulidade ante as inúmeras irregularidades apontadas (ii) a suspensão do processo administrativo até o julgamento final do Mandado de Segurança informado, (iii) seja declarada a Improcedência da Notificação Fiscal e, subsidiariamente, seja excluída a multa em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar a antecipação total das mercadorias derivadas do abate de carne de gado bovino como está descrito no corpo da Notificação Fiscal que aqui copio:

“Em data, hora e local acima referidos, constatamos as seguintes irregularidades: Recolheu a menor o ICMS, da antecipação tributária total, dos produtos resultante do abate de gado bovino, por não observar o que determina o Convênio 89/05, para reduzir a base de cálculo, para carga tributária seja de 7%, constante no Danfe nº 91688, e Dacte nº 187.”

As mercadorias contidas no Danfe nº 91.688 são derivados do abate de gado bovino congelados todos inseridos no conceito de “carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos” dada pela Cláusula Primeira do Convênio ICMS 89/05 que limitou a carga tributária a 7%.

É de conhecimento que o tratamento dado nas operações interestaduais com os produtos de carne mencionados na Cláusula Primeira do Convênio ICMS 89/05 tem uma carga tributária de 7%:

Cláusula primeira Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos.

De igual teor, se faz constar no RICMS-BA/12, no seu art. 268, inciso XIV:

Art. 268. É reduzida a base de cálculo:

....

XIV - nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7%(sete por cento) do valor das operações (Conv. ICMS 89/05);

Assim, nessa modalidade comercial se conclui que o crédito fiscal é limitado a 7%, independente se houver destaque superior, pois os dispositivos são imperativos em fixar como alíquota interestadual 7%.

Ainda de acordo com a legislação fiscal, os produtos citados estão inclusos no Anexo 1 do RICMS/BA, sujeitos portanto a antecipação tributária total, que deve ser recolhido antes da entrada no Estado da Bahia conforme determina o art. 332, no §2º do RICMS/BA.

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

....

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes.

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:

§2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir; poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e nas operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino.

A Notificada entra com a defesa, solicitando a nulidade da Notificação Fiscal considerando que a Acusação Fiscal é insubsistente porque é fundamentada em dispositivos genéricos sem qualquer relação com o caso concreto, cerceando o direito de defesa do Impugnante; que as Autoridades Fiscais do Estado da Bahia são incompetentes para exigir que contribuinte situado em outro Estado da Federação se submeta à sua legislação; que o Estado do Pará, de onde veio a mercadoria, não internalizou o Convênio ICMS nº 89/2005; que o Sistema Constitucional tributário não admite a sistemática do ICMS Antecipado.

A Notificada, ao mesmo tempo em que solicita a nulidade da Notificação Fiscal, traz nos autos a informação, especificamente na fl. 20, de que impetrou Mandado de Segurança com pedido de Medida Liminar, visando a suspensão da exigibilidade do tributo decorrente da aplicação do Convênio ICMS nº 89/2005, permitindo que a Impugnante utilize o crédito fiscal de 12%.

Diz que a Medida Liminar foi concedida pela 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador sob o nº 0554833-63.2018.8.05.0001, conforme Anexo 06, fls.68 a 72, assinada em 11/09/2018 pelo Juiz Titular da 3ª Vara. Requer que, como a decisão supracitada se encontra em plena vigência, a suspensão do presente processo administrativo até que seja proferida decisão definitiva.

Destaco, que em pesquisa no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) do Tribunal da Bahia, que a Liminar em referência foi publicada no Diário Oficial da Justiça 01/10/2018.

Observe, portanto, que no momento da lavratura da Notificação Fiscal, 06/12/2018, o sujeito passivo já havia obtido diferimento judicial, para fins de suspensão da cobrança do ICMS decorrente da aplicação do Convênio ICMS nº 89/2005.

Importante ressaltar que não há impedimento ao exercício do direito da Fazenda Pública Estadual de efetuar o lançamento, nos termos do art. 142 do CTN. Equivale dizer que deve o lançamento ser efetuado no intuito de prevenir a decadência

CTN - LEI Nº 5.172/1966

(...)

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

(...)"

Todavia, a escolha da via judicial pelo sujeito passivo implica renúncia à discussão da lide na esfera administrativa, conforme previsto no art. 117 do RPAF/BA.

RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 117. A propositura de medida judicial pelo sujeito passivo importa a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou a desistência da impugnação ou recurso acaso interposto.

§ 1º O Auto de Infração será remetido à DARC para inscrição na Dívida Ativa, na forma prevista no art. 113:

I - na fase em que se encontre, tratando-se de ação judicial relativa a Auto de Infração preexistente;

II - imediatamente após a sua lavratura ou quando se tomar conhecimento da existência da ação judicial, quando esta for anterior ao Auto de Infração, caso a discussão judicial diga respeito especificamente à matéria objeto do procedimento administrativo.

§ 2º A ação judicial proposta pelo sujeito passivo não suspende a execução do crédito tributário, salvo quando:

I - acompanhada do depósito do seu montante integral;

II - concedida medida liminar em mandado de segurança, determinando a suspensão.

§ 3º A suspensão da exigibilidade do crédito nos casos de depósito do valor ou de concessão de medida liminar em mandado de segurança não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

(...)

Destaco ainda que os artigos 126 e 127-C, IV, do Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB coadunam com o previsto no artigo 117 do RPAF-BA/99.

COTEB/BA - Lei nº 3.956/81

Art. 126. Escolhida a via judicial pelo contribuinte, fica prejudicada sua defesa ou recurso, importando tal escolha a desistência da defesa ou do recurso interposto, considerando-se esgotada a instância administrativa, devendo o processo administrativo ser remetido à PROFIS para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis.

(...)

Art. 127-C. Encerra-se o processo administrativo fiscal, contencioso ou não, com:

(...)

IV - a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência da escolha da via judicial.

Conforme se depreende da leitura dos dispositivos legais acima reproduzidos, resta claro que a escolha do Contribuinte pela via judicial importa em desistência da defesa pela via administrativa, situação na qual, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário mantido o lançamento devido a decadência, devendo ser remetido à PGE/PROFIS, para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis, inclusive, acompanhamento do processo no âmbito do judiciário.

Mister ressaltar que, conforme disposto no Art. 167, II a III do RPAF-BA/99, não se incluem na competência dos órgãos julgadores administrativos questões sob apreciação do Poder Judiciário ou por este já decidida, assim como a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior.

Diante do exposto, fica PREJUDICADA a análise do mérito da defesa.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a análise do mérito da defesa apresentada, referente à Notificação Fiscal nº 099883.0670/18-0, lavrado contra **JBS S/A**, em que é exigido o ICMS no valor de **R\$8.820,34** e diante da renúncia à discussão da lide na esfera administrativa, em razão da propositura de medida judicial, devendo o PAF ser remetido à **PGE/PROFIS** para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis, conforme art. 126 do COTEB.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de janeiro de 2021

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR